



Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade - PPGCS

MARCO PAULO VAZ SAMPAIO RIBEIRO

**AGRICULTURA PERIURBANA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL E
ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM
EUNÁPOLIS – BA**

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

MARCO PAULO VAZ SAMPAIO RIBEIRO

**AGRICULTURA PERIURBANA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL E
ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM
EUNÁPOLIS – BA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof (a) Dr(a). Gabriela Narezi

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

R484a Ribeiro, Marco Paulo Vaz Sampaio, 1971-

Agricultura periurbana como prática sustentável e estratégia de segurança alimentar e nutricional em Eunápolis-BA / Marco Paulo Vaz Sampaio Ribeiro. – Teixeira de Freitas: UFSB, 2025. - 46f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial, Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Narezi.

1. Agricultura familiar – Eunápolis (BA). 2. Ecologia agrícola. 3. Desenvolvimento rural. I. Título. II. Narezi, Gabriela.

CDD – 630.7

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

MARCO PAULO VAZ SAMPAIO RIBEIRO

AGRICULTURA PERIURBANA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM EUNÁPOLIS – BA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof (a) Dr(a). Gabriela Narezi

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 28/ 04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA MARIA GARCIA**
Data: 20/08/2025 10:04:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ângela Maria Garcia

UFSB / IHAC CSC

Documento assinado digitalmente
 **DIRCEU BENINCA**
Data: 19/08/2025 21:20:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Dirceu Benincá

UFSB/PPGCS

Documento assinado digitalmente
 **CRISTINA GROBERIO PAZO**
Data: 19/08/2025 13:28:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Cristina Grobério Pazó

UFSB / PPGCS

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA NAREZI**
Data: 19/08/2025 17:30:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORIENTADORA

Dr(a).Gabriela Narezi

UFSB/PPGCS

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

Dedico este trabalho a minha família!

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é muito gratificante e uma realização acadêmica de grande importância para mim. Este caminho árduo e enriquecedor só foi possível de ser trilhado devido a participação de pessoas muito especiais.

Expresso minha gratidão a Professora Dra. Gabriela Narezi, por sua orientação, paciência e disponibilidade para me atender sempre de maneira gentil e atenciosa. Seus ensinamentos e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade PPGCS da Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB por proporcionar um ambiente acadêmico salutar e enriquecedor para o desenvolvimento desta pesquisa científica. Aos docentes e funcionários da instituição o meu reconhecimento pela competência e atenção sempre que requisitados.

À minha esposa e filhos por estarem sempre a meu lado dando apoio e entenderem os momentos de ausências devido ao objetivo a ser alcançado. Agradeço a Deus por sempre me dar forças e perseverança para seguir adiante e concluir uma tarefa traçada.

Por fim estendo meus agradecimentos aos colegas do mestrado e aos amigos que fazem parte também do meu dia a dia e com trocas de experiências enriquecem os nossos dias.

A todos, meu muito obrigado!

“Agricultura é pura arte, do plantio à colheita. Semear e colher é pincelar do começo ao fim.”

– Lucas F. Honorato.

RIBEIRO, Marco Paulo. **Agricultura periurbana como prática sustentável e estratégia de segurança alimentar e nutricional em Eunápolis – BA**. Orientador: Gabriela Narezi. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências e Sustentabilidade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, 2025.

RESUMO

A Agricultura Periurbana (AP) acontece na transição entre áreas urbanas e rurais, essencial para a segurança alimentar e nutricional, promovendo acesso a alimentos frescos com maior valor nutritivo. Contribui para a sustentabilidade ambiental ao reduzir as emissões de carbono relacionadas ao transporte dos alimentos. A pesquisa analisou dados da segurança alimentar e da produção agrícola da Associação Nova Vitória, localizada em Eunápolis - BA. Utilizando métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa avaliou a produção agrícola para o autoconsumo, a comercialização de excedentes e a criação de agroecossistemas sustentáveis. Considerou-se que a AP contribui para a sustentabilidade e segurança alimentar da região.

Palavras-chave: agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, ruralidade

RIBEIRO, Marco Paulo. **Peri-urban agriculture as a sustainable practice and food and nutritional security strategy in Eunápolis – BA**. Advisor: Gabriela Narezi. 2025. Dissertation (Master's in Science & Sustainability) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, 2025.

ABSTRACT

Peri-urban Agriculture (PA) takes place in the transition zones between urban and rural areas and plays a vital role in food and nutritional security by promoting access to fresh foods with higher nutritional value. It also contributes to environmental sustainability by reducing carbon emissions associated with food transportation. This research analyzed food security and agricultural production data from the Associação Nova Vitória, located in Eunápolis, Bahia. Using both qualitative and quantitative methods, the study examined agricultural production for self-consumption, commercialization of surplus products, and the development of sustainable agroecosystems. It was concluded that PA contributes to both sustainability and food security in the region.

Keywords: family farming, agroecology, sustainable rural development, rurality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	10
2. OBJETIVO GERAL	11
2.1. Objetivos Específicos	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
4. AGRICULTURA PERIURBANA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM EUNÁPOLIS – BA	14
5. CONCLUSÕES.....	44
6. REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO GERAL

A grande pressão regional devido a incentivos públicos federais no Sul da Bahia para a cultura do eucalipto acabou por expulsar de suas terras os pequenos agricultores e povos originários e levou à crescente urbanização e transformações nos sistemas alimentares. Isso impõem desafios relevantes para o desenvolvimento sustentável, em regiões onde ocorrem desigualdades sociais e insegurança alimentar devido a implantação de monoculturas gerida por grandes corporações. Frente a estes desafios, a Agricultura Periurbana (AP) desponta como uma estratégia multifuncional capaz de integrar produção agrícola, conservação ambiental e inclusão social (Ferreira, 2013); (Fantini, Cerdán e Parés, 2016). Situada entre zonas urbanas e rurais, a AP possibilita o acesso a alimentos frescos, a geração de renda e reduz os impactos ambientais associados ao transporte da produção agrícola (Machado e Machado, 2002).

No Brasil, as áreas periurbanas assumem papel relevante na reconfiguração dos territórios rurais, especialmente diante do avanço da monocultura e da pressão sobre os pequenos produtores (Favareto, 2021). A região do Extremo Sul da Bahia, marcada pela presença do agronegócio da celulose e seus impactos sociais e ambientais (Almeida *et al.*, 2008); (Narezi *et al.*, 2020), constitui um cenário para se refletir sobre alternativas sustentáveis de uso do solo, planejamento territorial e políticas públicas.

Com o estudo de caso da Associação Nova Vitória, localizada no município de Eunápolis, este trabalho investiga a contribuição da AP e familiar como estratégia de segurança alimentar e nutricional. A pesquisa está ancorada na busca por caminhos alternativos à lógica produtiva hegemônica, a partir da valorização de experiências locais de agricultura familiar e práticas agroecológicas. Trata-se de uma reflexão sobre como territórios vulneráveis podem transformar-se por meio de iniciativas de grupos de pessoas que se organizam em busca de soluções onde o foco é a segurança alimentar, respeito a natureza e melhorias sociais.

Considerando que agricultura periurbana contribui para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental no município de Eunápolis – BA, partiu-se da hipótese de que a adoção de práticas agroecológicas e redes locais de produção e comercialização favorecem não apenas o acesso a alimentos saudáveis, mas também a geração de renda, a conservação ambiental e o fortalecimento de laços comunitários apesar dos desafios enfrentados para a comercialização dos produtos e o acesso a políticas públicas.

2. OBJETIVO GERAL

Investigar como a Agricultura Periurbana (AP), enquanto prática sustentável e estratégia de segurança alimentar e nutricional, pode contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da agroecologia, a geração de renda e o desenvolvimento territorial sustentável no município de Eunápolis – BA, por meio da análise das práticas produtivas da Associação Nova Vitória, considerando seus impactos sociais, ambientais e econômicos no contexto da expansão da monocultura do eucalipto no sul da Bahia.

2.1. Objetivos Específicos

1. Analisar o contexto territorial e socioeconômico do Extremo Sul da Bahia, com ênfase nas transformações impulsionadas pela expansão das monoculturas e seus impactos na agricultura familiar e na segurança alimentar da região;
2. Relatar as práticas agroecológicas adotadas pela Associação Nova Vitória, considerando a produção agrícola para autoconsumo, a comercialização de excedentes e a criação de agroecossistemas sustentáveis, com foco na contribuição dessas práticas para o desenvolvimento social;
3. Identificar os principais desafios e oportunidades enfrentados pela Agricultura Periurbana na região, abordando questões relacionadas à comercialização de produtos, políticas públicas de apoio e o impacto da AP na geração de renda e na conservação ambiental.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Agricultura Periurbana (AP) tem se expandido nas áreas limítrofes entre o urbano e o rural, sendo reconhecida por sua relevância na promoção da segurança alimentar e nutricional, além de contribuir diretamente para estratégias de desenvolvimento sustentável (Ferreira, 2013). Mougeot (2000) destaca a importância da AP como ferramenta estratégica para garantir o abastecimento local de alimentos frescos e saudáveis, reduzindo a dependência de produtos de grandes distâncias e aumentando a resiliência das comunidades frente aos impactos da urbanização e mudanças climáticas.

A agroecologia também desempenha um papel central na promoção da sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. Sevilla Guzmán e González de Molina (1993) defendem que a agroecologia vai além de uma técnica agrícola; ela é uma abordagem integradora que incorpora práticas sustentáveis e a transformação social, alinhando os saberes tradicionais dos camponeses com o conhecimento científico. O conceito de agroecologia inclui a diversificação das culturas, a preservação da biodiversidade, e o uso de práticas de manejo sustentável, elementos centrais para a resiliência dos agroecossistemas e a segurança alimentar.

Em contextos como o do Extremo Sul da Bahia, onde a monocultura de eucalipto tem gerado significativos impactos sociais e ambientais negativos, a agroecologia surge como uma resposta eficaz. Narezi *et al.*, (2020) observam que a introdução de práticas agroecológicas em áreas periurbanas tem contribuído para melhorar a segurança alimentar, aumentar a autossuficiência produtiva e promover alternativas sustentáveis de uso do solo, especialmente em comunidades vulneráveis à pressão do agronegócio.

Fantini, Cerdán e Parés (2016) discutem como a agricultura periurbana pode atender a crescente demanda por alimentos de qualidade e contribuir para melhorar a nutrição das populações urbanas. A produção local de alimentos frescos e nutritivos, próximo aos centros urbanos, oferece uma alternativa viável para enfrentar os problemas de acesso a alimentos e de dependência de mercados externos.

O planejamento territorial em regiões periurbanas, conforme Favareto (2021), também precisa considerar a agricultura periurbana como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável. O autor enfatiza que o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização das práticas agroecológicas são essenciais para a preservação ambiental e para a justiça social, especialmente em áreas afetadas pela expansão de monoculturas, como o eucalipto no Sul da Bahia.

De acordo com Monteiro (2002), políticas públicas de apoio à agricultura periurbana devem focar na capacitação técnica dos produtores, no acesso a financiamento e na promoção de

redes de comercialização locais. As políticas voltadas para a economia solidária, como os programas de compras públicas, podem contribuir para fortalecer os mercados locais, garantindo que os excedentes da produção agroecológica sejam escoados de forma eficiente e justa.

Em termos de agroecologia e agricultura familiar, Bickel (2000) sugere que as práticas agrícolas locais não apenas favorecem a produção de alimentos, mas também promovem a resiliência das comunidades e a conservação dos recursos naturais. A produção de alimentos locais e sustentáveis são essenciais para enfrentar as desigualdades sociais e garantir uma alimentação saudável para as populações mais vulneráveis, como demonstrado no estudo de caso da Associação Nova Vitória em Eunápolis (Narezi *et al.*, 2020).

4. AGRICULTURA PERIURBANA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM EUNÁPOLIS – BA

Marco Paulo Vaz Sampaio Ribeiro. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, Teixeira de Freitas, Brasil. E-mail: marcopaulo.ribeiro@gfe.ufsb.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1648475257305238>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2101-9224>.

Gabriela Narezi. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, Porto Seguro, Brasil. E-mail: gabriela.narezi@csc.ufsb.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1603781651177935>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6600-7868>.

RESUMO

A Agricultura Periurbana (AP) acontece na transição entre áreas urbanas e rurais, essencial para a segurança alimentar e nutricional, promovendo acesso a alimentos frescos com maior valor nutritivo. Contribui para a sustentabilidade ambiental ao reduzir as emissões de carbono relacionadas ao transporte dos alimentos. A pesquisa analisou dados da produção agrícola da Associação Nova Vitória, localizada em Eunápolis – BA e sua importância para a segurança alimentar. Utilizando métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa avaliou a produção agrícola para o autoconsumo, a comercialização de excedentes e a criação de agroecossistemas sustentáveis. Considerou-se que a AP contribui para a sustentabilidade e segurança alimentar da região.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, ruralidade.

ABSTRACT

Peri-urban Agriculture (PA) takes place in the transition zones between urban and rural areas and plays a vital role in food and nutritional security by promoting access to fresh foods with higher nutritional value. It also contributes to environmental sustainability by reducing carbon emissions associated with food transportation. This research analyzed food security and agricultural production data from the Associação Nova Vitória, located in Eunápolis, Bahia. Using both qualitative and quantitative methods, the study examined agricultural production for self-consumption, commercialization of surplus products, and the development of sustainable agroecosystems. It was concluded that PA contributes to both sustainability and food security in the region

KEYWORDS: family farming, agroecology, sustainable rural development, rurality.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, o Governo Federal iniciou políticas de incentivo ao cultivo de eucalipto em diversas regiões do país e nos anos 1980 no Extremo-Sul da Bahia, conforme apontado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2002), por uma série de fatores locais e estratégicos. Essa expansão do setor de celulose, fundamentado na monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia, provocou a concentração fundiária, a diminuição das oportunidades de trabalho no campo e a redução do trabalho familiar. O êxodo rural acelerado, gerou uma grande transformação socioeconômica na região. Como consequência, houve um aumento significativo da população nas áreas urbanas, impulsionando a busca por emprego e novas perspectivas, o que resultou no crescimento desordenado das cidades (Almeida *et al*, 2008).

A Agricultura Periurbana (AP) representa, nesse contexto, uma atividade multifuncional e de múltiplas competências, indo além da produção de alimentos, configurando-se como uma prática com diversas funções que engloba dimensões econômicas, sociais e ambientais. De acordo com Mougeot (2000) a AP é caracterizada pela produção de alimentos agropecuários voltados para o comércio ou consumo próprio. Essa prática ocorre em áreas situadas dentro da zona urbana, nas regiões de transição entre os perímetros urbano e rural, assim como em suas áreas periféricas.

Assim a AP representa uma alternativa eficiente para reduzir a dependência de alimentos provenientes de locais longe da cidade destino, melhorar a logística de distribuição, reduzir o custo de transporte e fortalecer a resiliência das comunidades periurbanas (Ferreira, 2013). Essa atividade oferece alimentos frescos e com elevado valor nutritivo para as populações periféricas

urbanas em situação de vulnerabilidade. A AP se torna uma importante fonte para o autossustento, permitindo a redução de despesas com alimentação e atendendo às necessidades nutricionais, melhorando, com isso, a qualidade dos alimentos (Machado e Machado, 2002) e também de vida, especialmente para aqueles que precisaram trocar o ritmo de vida do campo pelo da cidade.

Compreender o que caracteriza o rural e o urbano é um tema bastante complexo, sendo fundamental explorar os principais conceitos relacionados para fundamentar o desenvolvimento deste trabalho, considerando a necessidade de superar a visão dicotômica, mas reconhecendo que a histórica contradição entre o urbano e o rural ainda persiste (Veiga, 2004).

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a relação entre rural e urbano, embora abstrata, pode ser identificada em três principais tipos de situações concretas: a) regiões predominantemente urbanas, como ocorre nas áreas metropolitanas ou em estágios de transição para metrópoles, que são as áreas protometropolitanas; b) regiões majoritariamente rurais, geralmente mais isoladas, onde os ecossistemas naturais foram preservados ou estão em estágio quase originais; e c) regiões intermediárias ou híbridas, caracterizadas por uma grande diversidade, combinando ecossistemas parcialmente modificados com outros altamente artificializados, como ocorre em aglomerações urbanas, cidades e, até mesmo, algumas vilas (Veiga, 2004).

No entanto, a compreensão do processo de urbanização no Brasil enfrenta desafios devido a uma peculiaridade única no mundo: o país classifica como urbana toda sede de município (cidade) ou distrito (vila), independentemente de suas características estruturais ou funcionais (Veiga, 2004).

Ao analisar as áreas rurais no Brasil e em várias partes do mundo, percebe-se que elas sofreram mudanças profundas no início do século XXI, com impactos significativos tanto sociais quanto econômicos. A acessibilidade avançou e assim melhorou consideravelmente, seja por meio de novas rodovias e outros sistemas de transporte que conectam as áreas rurais às urbanas, seja pelos avanços nos meios de comunicação, como internet e telefonia, que reduziram a distância entre o rural e o urbano, antes muito mais marcante. Também em diversas regiões, o crescimento de atividades laborais realizadas em centros urbanos próximos se intensificou, contribuindo para complementar a renda das famílias agrícolas nas áreas rurais (Favareto *et al*, 2021).

Essas mudanças provocaram transformações significativas nas comunidades locais, especialmente no campo das ideias, marcando a transição de um paradigma agrário e produtivista para um modelo baseado no conceito de nova ruralidade (Favareto, 2007). Esse processo resultou em uma modificação para a nova realidade nas abordagens tradicionais de planejamento (Klink *et al*, 2016).

Tais transformações modificaram a visão sobre o mundo rural, que passa a ser percebido não apenas como um espaço marcado pelo atraso e precariedade ou pelas grandes plantações mecanizadas. As áreas rurais atuais são diversificadas e revelam novas formas de interdependência e interação com o mundo urbano. Isso levanta a necessidade de avaliar se os instrumentos de planejamento rural estão adequados ao ritmo e as necessidades dessas mudanças. A avaliação das práticas contemporâneas, que combinam métodos predatórios com esforços para modernizar a imagem corporativa, deve levar em conta a crescente pressão internacional por práticas socioambientais mais responsáveis e pelo respeito às comunidades tradicionais e povos originários. Assim, torna-se crucial refletir sobre o planejamento adequado dessas áreas, para atender às novas exigências sociais, econômicas e ambientais (Favareto *et al*, 2021).

O Território de Identidade do Sul da Bahia, incluindo o município de Eunápolis, enfrenta desafios significativos ligados à pobreza e à insegurança alimentar. De acordo com Fontes e Silva (2005), as desigualdades socioeconômicas nessa região são intensificadas pela concentração de terras e pela baixa diversificação econômica. Nesse contexto, a AP surge como uma estratégia essencial para integrar comunidades vulneráveis ao sistema produtivo, promovendo a geração de renda e a melhoria das condições de vida. O município de Eunápolis, em particular, possui características socioeconômicas e geográficas que tornam a agricultura periurbana uma ferramenta valiosa para mitigar os impactos negativos da urbanização desordenada.

A integração da AP aos sistemas urbanos também se relaciona diretamente com questões de saúde e bem-estar. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a agricultura urbana e periurbana é desenvolvida por mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo (FAO, 1999), a segurança alimentar não se limita ao acesso físico aos alimentos, englobando também fatores como a qualidade nutricional e a constância no fornecimento (Bickel, 2000).

A produção local de alimentos frescos e diversificados tem o potencial de melhorar significativamente a saúde da população urbana e periurbana, além de reduzir os riscos associados a dietas pobres em nutrientes. Pesquisas conduzidas por Del Valle (2016) apontam que as práticas agrícolas locais têm o potencial de melhorar a qualidade de vida das comunidades periféricas, além de contribuir para a recuperação ambiental de áreas degradadas.

Outro aspecto relevante da AP é sua capacidade de fortalecer laços comunitários e promover a educação ambiental. A implementação de hortas comunitárias e outras formas de cultivo compartilhado envolvem os moradores em processos produtivos coletivos, incentivando a cooperação e o aprendizado mútuo. Fantini, Cerdán e Parés (2016) destacam que a agricultura urbana e periurbana desempenha um papel importante como ferramenta de transformação social, ao proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas locais e estimular o

envolvimento comunitário em questões socioambientais. Dessa forma, a AP não se limita apenas a suprir necessidades econômicas e alimentares, mas também favorece a integração social e cultural das comunidades participantes.

No caso de Eunápolis, a introdução de práticas agroecológicas em áreas periurbanas pode desempenhar um papel fundamental na superação de desafios relacionados à insegurança alimentar e à pobreza. Estudos de Narezi *et al.* (2020) demonstram que a adoção de técnicas sustentáveis na agricultura familiar contribui para a diversificação da produção, o aumento da renda dos agricultores e a conservação da biodiversidade. Além disso, a proximidade das áreas periurbanas com os centros urbanos facilita a comercialização dos excedentes, criando novos mercados para os produtores locais. Esses fatores tornam a AP uma alternativa viável para promover o desenvolvimento sustentável no município.

Apesar de suas inúmeras vantagens, a AP enfrenta desafios significativos que limitam sua implementação em larga escala. A falta de políticas públicas específicas e a ausência de incentivos financeiros para pequenos agricultores são barreiras comuns que dificultam a expansão dessa prática. Monteiro (2002) destaca que a inclusão da AP no planejamento urbano requer uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos legais e institucionais quanto as particularidades socioeconômicas das comunidades locais. Além disso, é necessário superar preconceitos históricos que desvalorizam a agricultura como uma atividade essencial em contextos urbanos e periurbanos.

Este estudo teve como objetivo geral investigar os benefícios e as potencialidades da AP no município de Eunápolis, Bahia, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade. Os objetivos específicos incluem identificar práticas sustentáveis utilizadas na agricultura periurbana e o respectivo perfil produtivo, avaliar os níveis de segurança alimentar e nutricional das comunidades envolvidas e avaliar as estratégias de comercialização de excedentes agrícolas. Além disso, busca-se compreender como a AP pode ser integrada aos sistemas urbanos de maneira sustentável, promovendo a equidade social e ambiental.

METODOLOGIA

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), toda pesquisa científica exige uma revisão bibliográfica inicial, que consiste em coletar informações a partir de teses, estudos, artigos publicados, livros, relatórios técnicos dentre outros recursos complementares. A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil (NEA-PB) da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, onde foi possível consultar o banco de dados do projeto Desenvolvimento Socioambiental para a Agricultura

Familiar (DSAF) que teve uma importância ímpar para acesso às informações da área de estudo - a Associação Nova Vitória, localizada no município de Eunápolis BA.

Sob esse prisma, o trabalho foi desenvolvido através da análise de artigos científicos, teses, dissertações e relatórios institucionais relacionados à AP, à agricultura familiar, à segurança alimentar e nutricional e aos conflitos agrários na região do Extremo Sul da Bahia. Também foram considerados os estudos que destacam os impactos da monocultura de eucalipto na segurança alimentar e na biodiversidade, bem como as iniciativas voltadas à promoção da agroecologia e práticas de sustentabilidade para mitigar estes efeitos negativos de uma única cultura.

Com a intenção de classificar os níveis de segurança alimentar foi utilizada como referência a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para classificar os domicílios em quatro estágios de segurança alimentar, com base na gravidade das condições enfrentadas pelas famílias. São elas:

1. Segurança Alimentar (SA): Onde a família tem acesso diário a alimentos em quantidade suficiente com qualidade para todos da família. Não há restrição alimentar nem preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro.

2. Insegurança Alimentar Leve (IAL): Dúvidas em relação à capacidade de se alimentar em um futuro próximo. A qualidade dos alimentos consumidos pode ser reduzida, mas sem comprometimento significativo da quantidade.

3. Insegurança Alimentar Moderada (IAM): A quantidade de alimentos consumidos pela família é comprometida, levando à redução de refeições ou à falta de comida suficiente para todos os membros da família onde os adultos deixam de fazer uma refeição para que as crianças comam. Evidencia dificuldades econômicas que limitam o acesso adequado aos alimentos.

4. Insegurança Alimentar Grave (IAG): A família enfrenta privação severa de alimentos, podendo incluir períodos de fome. Há relatos de membros que deixam de se alimentar por falta de dinheiro para comprar alimentos inclusive para as crianças (MDS, 2023).

A análise do banco de dados da associação foi estruturada em três etapas principais: (1) identificação das áreas ocupadas por agricultores familiares na região, com destaque para os 407,71 hectares da Associação Nova Vitória; (2) análise dos dados acerca das práticas produtivas agrícolas e agroecológicas adotadas pelas comunidades locais e sua relação com a segurança alimentar e nutricional; e (3) análise das políticas públicas voltadas para a agricultura periurbana, com ênfase na Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável e o apoio à agricultura urbana e periurbana.

A Associação Nova Vitória, composta por 64 famílias, está localizada no município de Eunápolis, no estado da Bahia, na região nordeste do Brasil a 16°17'2.58''S e 39°31'59.27''O. A

mesma foi fundada em 2015, tendo sua origem a partir da ocupação de 305,4 ha da Fazenda Mutum, realizada no final do ano de 2011 (Narezi *et al*, 2020). A ocupação ocorreu devido ao cenário de insegurança alimentar proveniente do processo de expansão dos monocultivos de Eucalipto, intitulados de desertos verdes, além dos conflitos agrários históricos e expropriadores do território.

Diante do fato de que a Fazenda Mutum é de propriedade da empresa Veracel Celulose S.A. e considerando o cenário de estagnação causado pela ausência de perspectivas nas políticas de reforma agrária no Brasil naquele período, após diversos processos de reintegração de posse, a empresa e os movimentos sociais de luta pela terra buscaram uma via de negociação para cessar os conflitos. Com a mediação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SJDHDS), foi decidido que a compra da fazenda representava um caminho viável de negociação para suas reivindicações e a posse segura para as famílias agricultoras (Narezi *et al*, 2020).

A implementação de um modelo produtivo alinhado aos interesses dos agricultores e ao bioma contou com o apoio do NEA Pau-Brasil da UFSB. O projeto Desenvolvimento Socioambiental para a Agricultura Familiar (DSAF) teve início em 2019 e tem como objetivo buscar soluções em pesquisa e extensão para a melhoria da qualidade de vida das famílias, incentivando a agroecologia como uma estratégia sustentável de produção, promovendo a recuperação de áreas degradadas, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental. O projeto também teve como foco o beneficiamento e a certificação dos produtos, na inserção em cadeias comerciais e na geração de renda para as comunidades envolvidas (DSAF, 2023).

As famílias da Associação Nova Vitória foram divididas em lotes compostos por áreas agricultáveis e de áreas de proteção, totalizando em média 5 hectares por família. A área total da Associação, recalculada pelo setor de geoprocessamento da Veracel em julho de 2022, soma 407,71 hectares. Seu parcelamento é disposto em 64 lotes (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de Localização da Associação Nova Vitória – Eunápolis, Bahia, Brasil



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Foi elaborado pelos pesquisadores do NEA Pau-Brasil da UFSB um questionário destinado ao monitoramento dos indicadores socioambientais, que foi registrado na Plataforma Brasil e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. O registro apresenta o seguinte título: Monitoramento dos Indicadores de Desenvolvimento Socioambiental de Quatro Comunidades de Agricultores Familiares de Eunápolis-BA, sob responsabilidade da Profa. Dra. Gabriela Narezi, CAAE: 59782422.9.0000.8467. Em 2023 foi determinada a realização da ação de monitoramento com uma meta amostral de aproximadamente trinta por cento (30%) da comunidade.

Os dados foram coletados pela equipe do projeto DSAF, por meio da realização de entrevistas estruturadas com agricultores(as), utilizando o questionário, garantindo que as perguntas previamente definidas fossem rigorosamente seguidas (Boni e Quaresma, 2005).

Por fim, as informações obtidas foram sistematizadas e organizadas em categorias temáticas, permitindo uma discussão detalhada sobre a relevância da AP como estratégia de desenvolvimento sustentável. Este estudo destaca como a AP pode ser integrada a políticas públicas e programas locais, promovendo a segurança alimentar, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida em comunidades vulneráveis.

AGRICULTURA PERIURBANA: DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA

A área periurbana corresponde aos espaços individuais, coletivos ou até mesmo locais públicos localizados nas zonas que apresentam condições de habitação e vida ativa no entorno das cidades e com um limite de distância. Uma metrópole tem um perímetro de limite periurbano maior do que o de uma pequena cidade. As áreas periurbanas apresentam potencial para a implantação de atividades agrícolas, variando entre 10 a 90 quilômetros da área urbana e muitas vezes encontram-se próximas a áreas rurais. A área periurbana é a transição da urbana para a rural onde pode se produzir alimentos para garantir o abastecimento alimentício das cidades com um menor custo e um maior valor nutritivo dos alimentos (Ferreira, 2013).

Maluf (2015) relaciona as questões de segurança alimentar e nutricional com os modelos agroalimentares ao destacar que a produção de alimentos descentralizada, voltada para mercados locais, é um aspecto relevante. Ele afirma que “o atual status alimentar e nutricional da população brasileira, em relação com as diferenças sociais, está fortemente ligado à maneira como os alimentos são produzidos e distribuídos no país” (Maluf *et al*, 2015, p.2303-12).

A Agricultura Periurbana (AP) é uma prática agrícola desenvolvida em áreas de transição entre zonas urbanas e rurais, desempenhando papel crucial na integração entre demandas urbanas e capacidades rurais. Conforme Ferreira (2013), a AP possui características multifuncionais, incluindo a produção de alimentos frescos, a promoção da sustentabilidade ambiental e a geração de emprego informal. Em um mundo marcado pela urbanização acelerada, a AP pode despontar como mais uma alternativa estratégica para atender às crescentes necessidades alimentares e minimizar os impactos ambientais associados à logística de transporte rodoviário de alimentos em longas distâncias com a grande poluição gerada pelos caminhões.

Com esta perspectiva a AP aparece no cenário como uma alternativa viável para a segurança alimentar garantindo alimentos nutritivos para as populações urbanas e periféricas. Em tais regiões, a prática da agricultura baseada nos princípios agroecológicos pode assegurar o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, incentivar a adoção de novos hábitos alimentares e promover a troca de conhecimentos sobre espécies e receitas que antes eram desconhecidas (Ribeiro; Bógus; Watanabe, 2015).

Essa prática permite a reutilização de recursos locais, como resíduos orgânicos e água pluvial, contribuindo para a criação de microclimas e a recuperação ambiental de áreas degradadas. A proximidade das áreas periurbanas aos centros urbanos favorece o consumo local, reduzindo custos e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional das populações mais vulneráveis. Além disso, a AP pode promover a diversificação produtiva, essencial para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela vulnerabilidade econômica Narezi *et al*. (2020).

Fantini, Cerdán e Parés (2016) enfatizam que a AP exerce um papel transformador nas comunidades, promovendo a cooperação, a inclusão social e o envolvimento com questões ambientais. Todas as ações ocorrem em territórios. Santos descreve em suas obras que o território é onde as ações ocorrem, os desejos afloram, os poderes lutam e as disputas, as vitórias e as derrotas acontecem devido as ações dos homes (Santos, 1999).

A comercialização de alimentos na Agricultura Periurbana é viabilizada por uma rede de apoio formada por diversas comunidades, que estabelece uma conexão significativa entre os produtores das áreas de transição entre o meio urbano e rural, conhecidas como zonas periurbanas, e os consumidores. Esse arranjo favorece um mercado mais dinâmico e alinhado às exigências locais (Monteiro, 2002).

No Brasil as concentrações fundiárias marcadas pela coexistência desigual de grandes monoculturas e comunidades vulneráveis, exemplificam a necessidade de práticas agrícolas que conciliam produção e sustentabilidade onde o poder público tem uma grande relevância para impedir um agravamento de desigualdades sociais. A AP, nesse contexto, não apenas promove a segurança alimentar, mas também contribui para o desenvolvimento territorial, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais (Santos, 2015). Assim, o presente trabalho discute os desafios e as oportunidades da AP no contexto brasileiro, com foco na sustentabilidade e no potencial para transformar a realidade de regiões com desigualdades socioeconômicas, como o Sul da Bahia.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O MARCO LEGAL: BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA PERIURBANA

A criação da Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, marcou um avanço importante para a regulamentação e o fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. Essa legislação estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e periurbanas, oferecendo suporte financeiro e institucional para projetos que promovam práticas agrícolas integradas ao planejamento territorial (Brasil, 2024).

A lei também abriu novas oportunidades para agricultores familiares, facilitando o acesso a linhas de crédito, assistência técnica e programas de capacitação. Essas iniciativas têm incentivado o uso de práticas agroecológicas e tecnologias sustentáveis, ampliando a capacidade produtiva e a resiliência das comunidades. Além disso, a inclusão da AP nos planos diretores periurbanos reforça sua relevância como estratégia de desenvolvimento regional.

No entanto, a implementação dessa legislação enfrenta desafios significativos, como a resistência de setores econômicos tradicionais e a falta de alinhamento entre as esferas

governamentais. Superar esses obstáculos requer maior articulação entre movimentos sociais, governos locais e organizações internacionais, para garantir que os benefícios da AP alcancem as comunidades que mais precisam.

A Agricultura Periurbana apresenta benefícios amplos e diversificados contribuindo diretamente para a redução da insegurança alimentar, ao proporcionar acesso a alimentos frescos, nutritivos e de baixo custo. Além disso, a iniciativa favorece a inclusão social ao integrar comunidades em situação de vulnerabilidade em redes produtivas, promovendo a coesão social. Outro benefício relevante é a criação de microclimas e o aproveitamento de recursos locais, fatores que desempenham um papel importante na sustentabilidade ambiental (Monteiro, 2002).

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida, no Brasil, de acordo com a lei nº 11.346/2006 como o direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade, bem como em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Deve ter como base práticas alimentares promotoras de saúde, e que respeitem a diversidade cultural, de forma ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (Lei n. 11.346, 2006).

No Brasil, a Lei nº 11.346/2006 estabelece que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), visa assegurar o direito humano à alimentação adequada e promover políticas sociais que visem a redução da fome e a melhoria da qualidade nutricional da população. A desigualdade social e o desperdício de alimentos ainda comprometem a plena realização desse direito. Para mitigar essas dificuldades é essencial fortalecer ações integradas que ampliem o acesso equitativo aos alimentos, garantindo sua qualidade e sustentabilidade (Brasil, 2006).

IMPACTOS DA MONOCULTURA E CONFLITOS AGRÁRIOS

A expansão da monocultura do eucalipto na região de Eunápolis, Bahia, nas últimas décadas demonstra claramente como modelos de desenvolvimento concentradores podem exacerbar desigualdades sociais e ambientais. Conhecida como "desertos verdes", essa prática substitui áreas de floresta nativa e de uso comunitário por plantações homogêneas, comprometendo a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (Narezi *et al.*, 2020). A monocultura gera um ciclo de vulnerabilidade para as populações de pequenos agricultores e de povos originários ao expulsar famílias de suas terras, desestruturando a economia local e agravando os níveis de insegurança alimentar (Santos, 1999).

Nos anos 1990, os municípios de Eunápolis e Santa Cruz Cabrália já contavam com plantações de Eucalipto, resultado dos primeiros investimentos destinados à instalação da fábrica

da Veracel Celulose, cuja implantação teve início em 1992 (Almeida, 2009). No início da década de 1990, a região recebeu outro grande investimento no setor florestal e de celulose: a empresa Veracruz Florestal LTDA, que posteriormente passou a se chamar Veracel Celulose S/A. Essa companhia é fruto de uma parceria entre a brasileira Suzano e a sueco-finlandesa Stora Enso. As operações industriais da fábrica começaram em 2005, abrangendo atualmente uma área que inclui onze municípios baianos. Desses, oito estão no Extremo Sul (Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia), dois no Litoral Sul (Canavieiras e Mascote) e um no Sudoeste (Potiraguá) (Veracel, 2019).

A industrialização da produção de Eucalipto voltada para a exportação gera expressivos benefícios econômicos para as empresas que exploram a silvicultura de grande escala e a produção de celulose. Porém, a mesma intensifica desigualdades sociais e conflitos ambientais nos territórios de impacto deste tipo de empreendimento. Quando pequenos agricultores vendem ou arrendam suas terras para grandes empresas do setor, acabam favorecendo a concentração fundiária (Acsegrad, 2004).

Grande parte desses impactos está relacionada a conflitos fundiários, desencadeados pela forte pressão da monocultura, que afeta principalmente os povos tradicionais, os povos originários da região e os pequenos agricultores. Como resultado, observa-se uma redução na produção agrícola, agravo na insegurança alimentar, diminuição dos empregos no meio rural, aumento do êxodo rural, intensificação dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, crescimento desordenado das áreas urbanas (INEMA, 2008).

Os conflitos agrários em Eunápolis exemplificam os impactos negativos da expansão da silvicultura e a pressão exercida por empresas como a Veracel Celulose nos pequenos agricultores. Resulta daí a migração forçada de agricultores familiares para áreas urbanas, gerando bolsões de pobreza e precariedade caracterizados por ocupações irregulares e em locais inadequados para habitação. Essa dinâmica agravou os desafios das comunidades, como a diminuição da oferta de alimentos produzidos localmente e a crescente dependência de produtos externos, frequentemente mais caros (Narezi *et al.*, 2020).

Movimentos sociais desempenharam um papel central na resistência a esses impactos, organizando associações de agricultores e promovendo projetos alternativos. A criação da Associação Nova Vitória é um exemplo de como a mobilização comunitária pode enfrentar interesses corporativos e buscar soluções sustentáveis (DSAF, 2023). Através de iniciativas como o projeto de Desenvolvimento Socioambiental para a Agricultura Familiar (DSAF), conduzido pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil (NEA-PB), comunidades locais têm explorado práticas agroecológicas como alternativa à monocultura. Esses

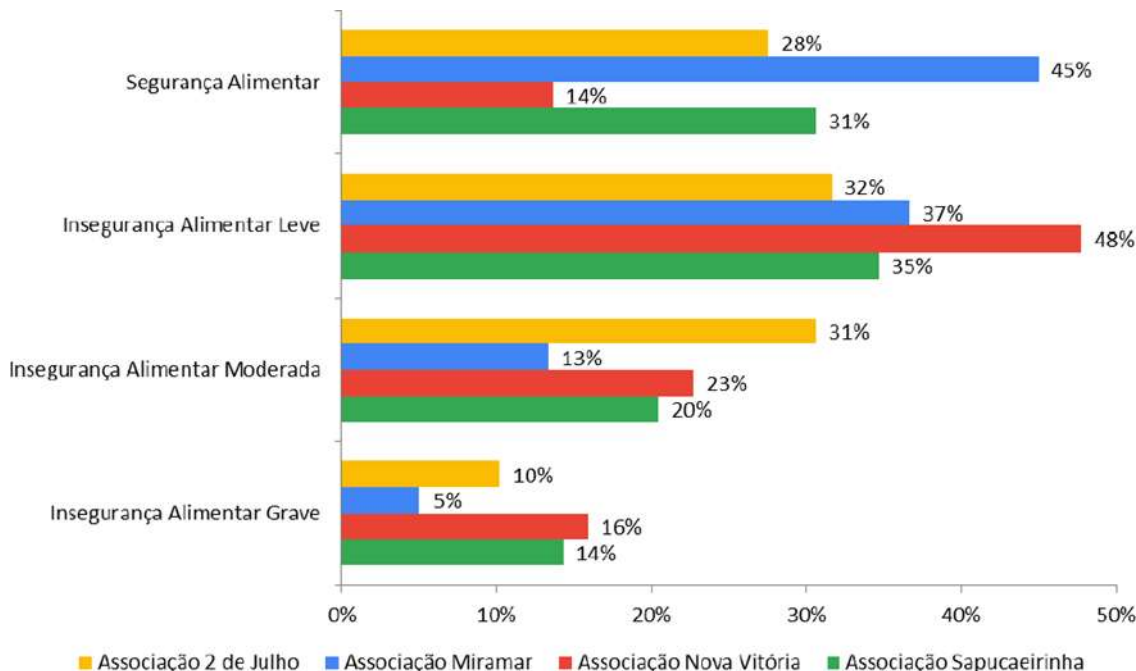
esforços demonstram o potencial de recuperação ambiental e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em contextos de alta vulnerabilidade (Narezi *et al.*, 2020).

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os resultados obtidos a partir do questionário e da análise dos dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) fornecem subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, capazes de atender às demandas alimentares e ambientais de comunidades urbanas e periurbanas. Ao integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais, este estudo busca destacar o papel estratégico da agricultura periurbana na construção de cidades mais justas e resilientes.

Com relação às análises da EBIA, segundo o diagnóstico realizado no âmbito do projeto DSAF em 2019, a Associação Nova Vitória, dentre as quatro comunidades entrevistadas, apresentou os maiores índices de insegurança alimentar nas categorias leve e grave, além de demonstrar o menor índice na categoria de segurança alimentar (Figura 02).

Gráfico 01- “Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para quatro associações atendidas pelo projeto DSAF.” Diagnóstico de 2019



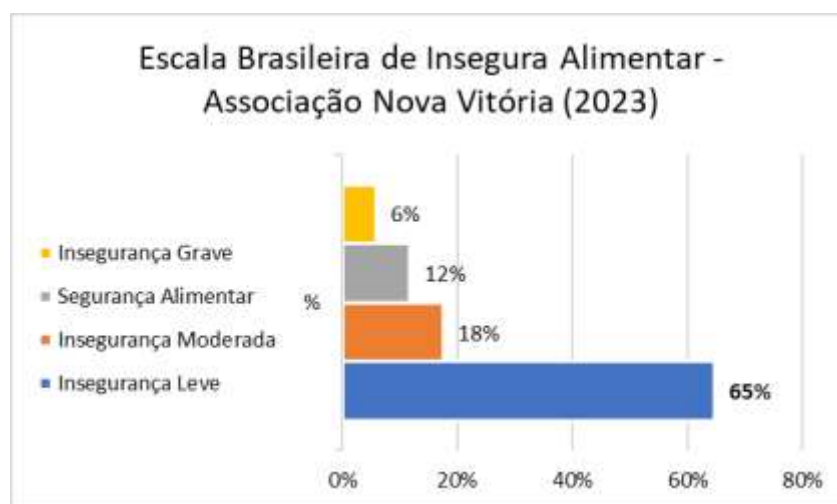
Fonte: Narezi, et al. (2020)

No relatório do projeto DSAF foi considerado que as famílias da Associação Nova Vitória haviam passado por um histórico complexo de diversas reintegrações de posse e que apenas em 2019 haviam sido alocadas em seus lotes definitivos. Assim, no momento do primeiro diagnóstico

as famílias ainda não haviam iniciado os cultivos voltados à alimentação, o que pode justificar os cenários de insegurança alimentar observados.

Sobre os resultados da EBIA obtidos com as entrevistas realizadas em 2023, foi possível verificar uma mudança em relação aos dados do diagnóstico de 2019. Apesar do maior índice ainda ser de insegurança alimentar, a maioria dos entrevistados (65%) enquadrou-se na categoria leve. Com relação a categoria grave, somente 6% da amostra encontrava-se nessa situação.

Gráfico 02 - “Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) 2023 - Associação Nova Vitória”.



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Em síntese, a AP pode oferecer uma resposta abrangente para os desafios impostos pela escassez e alto custo de alimentos, ao promover segurança alimentar com a produção da agricultura familiar, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Este trabalho buscou contribuir para a consolidação dessa prática como uma ferramenta essencial no planejamento periurbano, com potencial para transformar realidades locais e melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis. A experiência observada no município de Eunápolis poderá servir como modelo para outras regiões, destacando a relevância da AP como um instrumento de desenvolvimento sustentável de segurança alimentar e melhor nutrição.

AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A agroecologia vai além de uma simples proposta técnica produtiva implementada por agricultores familiares. Trata-se, sobretudo, de uma proposta política, pois ultrapassa questões operacionais e coloca em debate a lógica produtiva vigente e a hegemonia de poder no meio rural. Essa abordagem deve ser compreendida em sua totalidade, considerando os agricultores como sujeitos que, a partir de suas vivências, saberes locais, conhecimento dos recursos naturais e das dinâmicas comunitárias, articulam preocupações ambientais com conhecimentos científicos,

orientando suas práticas e ações políticas de forma mais autônoma e sustentável (Sevilla Gúzman, 1993).

No sul da Bahia, a agroecologia tem sido fortalecida por meio de diversas experiências articuladas à agricultura familiar, à economia solidária e aos movimentos sociais do campo. Um exemplo emblemático dessa articulação é a atuação da COOMAFES (Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença), cuja prática vai além da produção agrícola sustentável. A cooperativa adota os princípios agroecológicos como base tanto para a organização de seus sistemas produtivos quanto para a construção de formas de sociabilidade pautadas na autonomia, na justiça social e na equidade de gênero (Pinheiro *et al.*, 2022).

Em Eunápolis, a introdução de práticas agroecológicas em áreas periurbanas desempenha um papel fundamental na superação de desafios relacionados à insegurança alimentar e à pobreza. Pesquisas realizadas por Narezi e colaboradores indicam que a implementação de práticas sustentáveis na agricultura familiar favorece a diversificação da produção, o incremento da renda dos agricultores e a conservação do meio ambiente. Ademais, a localização das áreas periurbanas próximas aos centros urbanos facilita a venda dos excedentes, mesmo com todas as adversidades que estes produtores encontram, abrindo novas oportunidades de mercado para os produtores locais. Esses aspectos posicionam a Agricultura Periurbana como uma alternativa viável para impulsionar o desenvolvimento sustentável no município.

A agroecologia vem se firmando como uma estratégia eficaz para restaurar territórios degradados e fomentar a sustentabilidade. Essa abordagem combina saberes tradicionais com tecnologias modernas, colocando em foco a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades locais. Em Eunápolis, iniciativas agroecológicas conduzidas pelo NEA-PB têm evidenciado o papel central da agricultura familiar na promoção de uma economia sustentável (Narezi, *et al.*, 2000).

A implantação de um desenho produtivo coerente com os anseios dos agricultores e agricultoras e com o bioma teve o suporte do NEA Pau Brasil da UFSB que, no intuito de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias, promoveu a agroecologia como estratégia produtiva sustentável, a recuperação de áreas degradadas, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental.

De acordo com o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Art. 3º, II), a Área de Preservação Permanente (APP) é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a biodiversidade, a estabilidade geológica e o solo, além de garantir o bem-estar da população. Essas áreas são essenciais para a manutenção dos ecossistemas e da qualidade ambiental.

Também conforme o Código Florestal, a Reserva Legal (RL) é uma área localizada dentro de uma propriedade rural destinada à conservação da vegetação nativa. A sua função é assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, proteger a biodiversidade e os processos ecológicos, além de servir como área de refúgio e corredores para a fauna (Brasil, 2012).

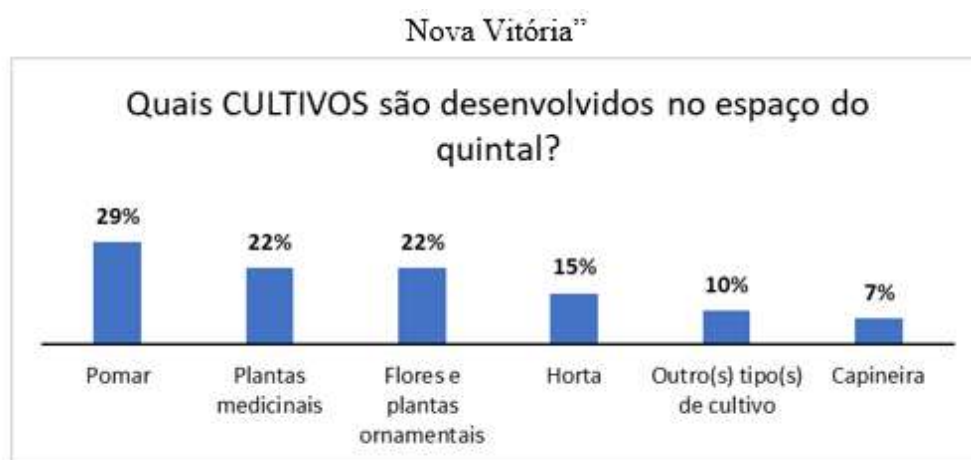
O diagnóstico de 2019 traçou uma caracterização prévia das áreas protegidas da Associação Nova Vitória, a partir de dados de 1990 a 2018 dos mapeamentos do Fórum Florestal da Bahia (Fórum Florestal, 2018). Segundo as análises observadas, a comunidade apresentou uma melhora significativa em suas Áreas de Preservação Permanente (APP), pois saiu de um “cenário insatisfatório em 1990 de 52% de pastagem e 48% de vegetação em estágio inicial para, em 2018, apresentar 90% de vegetação em estágio médio, 2% de vegetação em estágio inicial e apenas 8% de pastagem na APP” (Narezi *et al*, 2020, p. 10).

Com relação às áreas de Reserva Legal (RL), a comunidade também avançou: “em 1990 apresentava 52% de pastagem, 8% de eucalipto e 40% de vegetação em estágio inicial, e em 2018 aumentou para 69% de vegetação em estágio médio, 23% de vegetação em estágio inicial e apenas 7% de pastagem ao longo desses 28 anos” (Narezi *et al*, 2020, p. 11). A agricultura familiar também desempenha um papel crucial na segurança alimentar e na preservação ambiental como ficou demonstrado nos dados do projeto DSAF (2023). Esses agricultores, além de produtores de alimentos, podem atuar como guardiões da biodiversidade, promovendo a diversificação de cultivos e a recuperação de áreas degradadas. Segundo estudos de Narezi *et al*. (2020), a combinação de agroecologia e agricultura familiar tem gerado impactos positivos significativos, como a redução da insegurança alimentar e a melhoria das condições de vida nas comunidades envolvidas.

Esses agricultores também contribuem para a construção de redes de abastecimento locais, baseadas em relações de proximidade e confiança. Essas redes não apenas fortalecem o mercado regional, mas também reduzem a dependência de intermediários e a volatilidade dos preços. No entanto, desafios como o acesso limitado a tecnologias modernas e a falta de políticas públicas específicas continuam a dificultar a ampliação dessas práticas, exigindo maior atenção governamental e institucional.

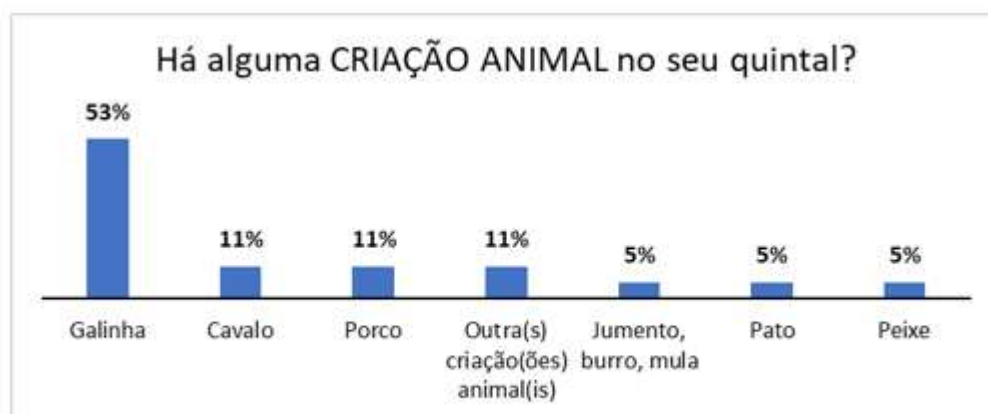
Avaliando a produção de alimentos, partimos dos quintais que são reconhecidos como áreas fundamentais no contexto da agricultura familiar. Trata-se de terrenos localizados nas imediações das residências, onde as famílias costumam realizar manejos diversos de forma integrada e multifuncional (Carneiro *et al.*, 2013). A inclusão de questões sobre esse tema objetivou compreender qual a importância desses espaços na comunidade. Nesse sentido, destaca-se que 82% dos entrevistados afirmaram ter um quintal produtivo no lote, e desses, 86% mantêm cultivos agrícolas (Figura 6) e ao menos 53% mantêm criações de animais (Figura 7).

Gráfico 03 – “Quais cultivos são desenvolvidos no espaço do quintal? – Associação Nona Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Gráfico 04 – “Há alguma criação animal no seu quintal? – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

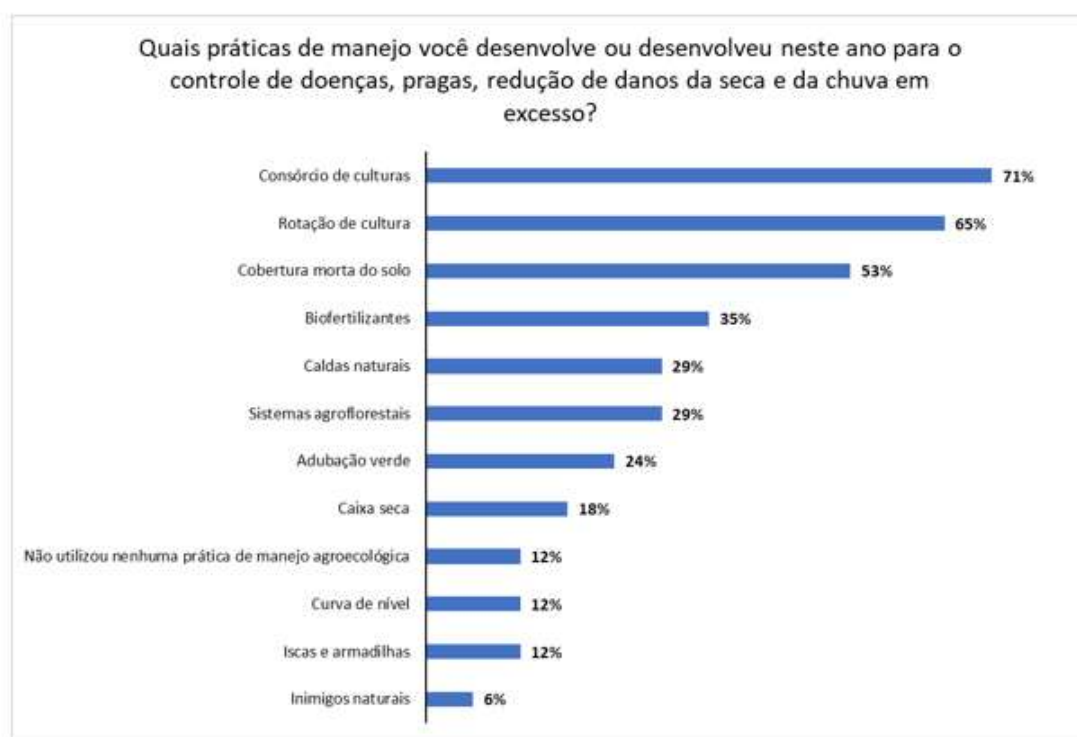
É relevante destacar que, de acordo com o diagnóstico elaborado pelo Projeto DSAF em 2019, nenhum integrante da Associação Nova Vitória havia acessado apoio financeiro de instituições bancárias para impulsionar suas práticas agrícolas. Contudo, ao levar em conta que esse levantamento abrangeu uma amostra mais representativa composta por 44 famílias entrevistadas, o que correspondia a 70% da comunidade na época, observa-se uma mudança expressiva nesse panorama, conforme os dados monitorados em 2023 (DSAf, 2023).

Entre as famílias entrevistadas em 2023, 71% relataram estar recebendo ou já terem recebido financiamento bancário no ano anterior. Todos os beneficiados apontaram o Banco do Nordeste como responsável pela intermediação dos recursos, através do Programa Agroamigo. Esse programa é voltado, especificamente, para atender os agricultores familiares inseridos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O total de área agricultável que os entrevistados destinam à produção agrícola, variou bastante. Considerando que os lotes da Associação Nova Vitória são relativamente pequenos, se forem observadas as três primeiras categorias da Gráfico 05, compreendemos que 82% utilizam até 3 hectares. Somente 18% destinam mais do que isso para produção (DSAF, 2023).

Os principais desafios enfrentados para o desenvolvimento das atividades produtivas nos lotes são a escassez de mão de obra (82%), a limitação no acesso à água (62%) e as dificuldades de ordem financeira (59%). No que diz respeito às práticas sustentáveis aplicadas ao manejo das culturas (Gráfico 05), as mais adotadas pelos agricultores foram o consórcio de culturas (71%), a rotação de culturas (65%) e a manutenção de cobertura morta no solo (53%) (DSAF, 2023).

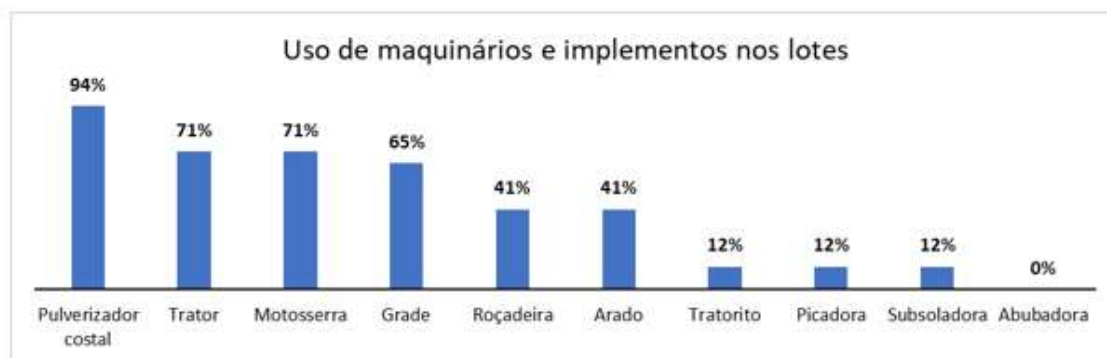
Gráfico 05 – “Quais práticas de manejo você desenvolve ou desenvolveu neste ano para o controle de doenças, pragas, redução de danos da seca e da chuva em excesso? – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Referente ao uso de maquinários e implementos agrícolas (Gráfico 06), a maior parte dos participantes relatou ter utilizado, no ano anterior, pulverizador costal (94%), trator (71%), motosserra (71%) e grade (65%). Especificamente quanto ao trator, todos os entrevistados mencionaram que utilizaram o aluguel do equipamento disponível na própria comunidade (fruto de doação realizada pelo Governo do Estado da Bahia) (DSAF, 2023).

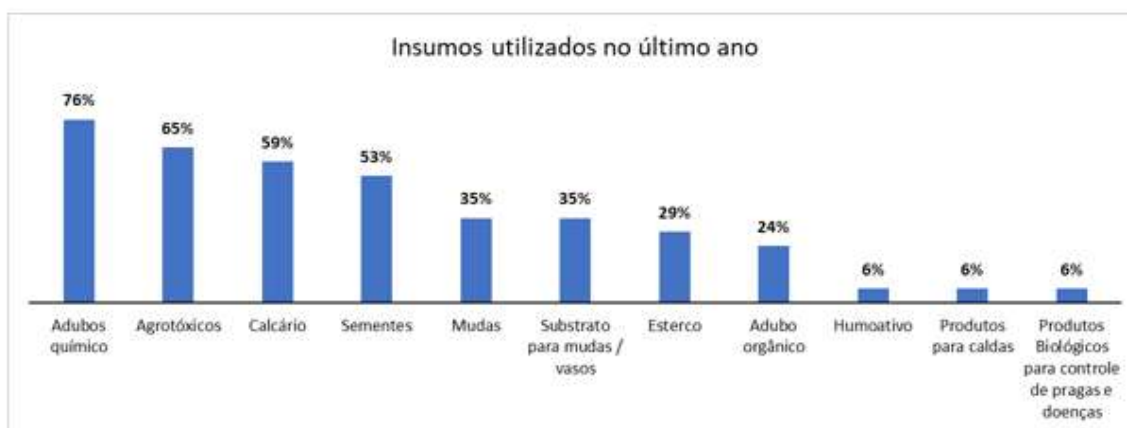
Gráfico 06 – “Uso de maquinários e implementos nos lotes – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

De todos os entrevistados, 94% indicaram ter adquirido insumos adquiridos fora do lote. Os principais insumos (Gráfico 07) destacados pelos respondentes foram adubos químicos (76%), agrotóxicos (65%), calcário (59%) e sementes (53%).

Gráfico 07– “Insumos utilizados no último ano – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Grande parte dos entrevistados (82%) não realizou análise de solo. Em relação aos recursos hídricos voltados à produção agrícola, destaca-se que apenas 35% dos entrevistados afirmaram possuir um sistema de irrigação instalado. Todos esses possuem encanamento, sendo que dois utilizam bombas a diesel e quatro, bombas elétricas. A principal fonte de captação para irrigação é o rio, embora um dos entrevistados tenha mencionado utilizar água proveniente de uma nascente. No total, 65% dos entrevistados consideram que a quantidade de água disponível na área da comunidade é suficiente para a produção agrícola. Ao serem questionados sobre a qualidade da água para esses mesmos fins, 53% responderam de forma positiva, 35% consideraram a água inadequada, e 12% não souberam opinar.

No que diz respeito à produção agrícola, segundo o diagnóstico realizado pelo Projeto DSAF em 2019, as principais culturas cultivadas na época foram abóbora, aipim, feijão e mandioca. Já em 2023, com base nos dados relacionados às culturas anuais ou bianuais (Gráfico

08), as mais cultivadas foram aipim (76%), feijão (71%), abóbora (59%), milho (59%), tomate (53%) e quiabo (53%) (DSAF, 2023).

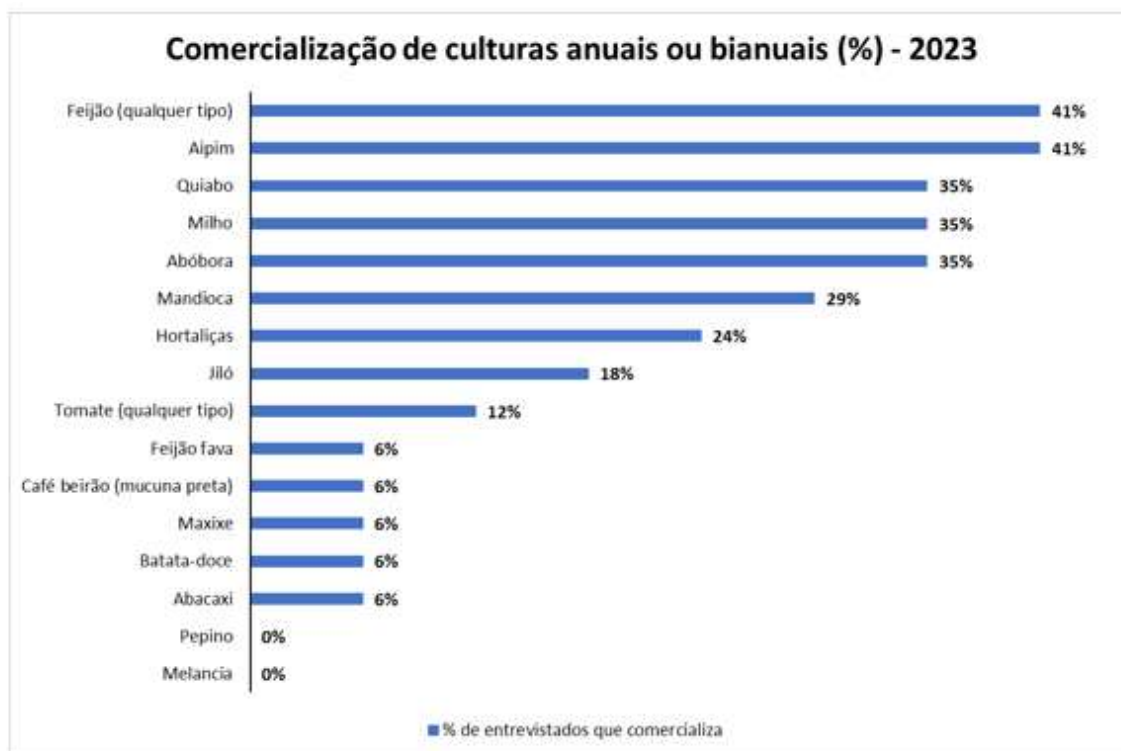
Gráfico 08 – “Culturas anuais ou bianuais - % dos entrevistados que produziu a cultura em 2023 – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

De todas as culturas produzidas pelo entrevistados, as que mais se destacaram no processo de comercialização (Gráfico 09), foram: quiabo (41%), abóbora (41%), feijão (35%), jiló (35%), pepino (35%) e mandioca (29%).

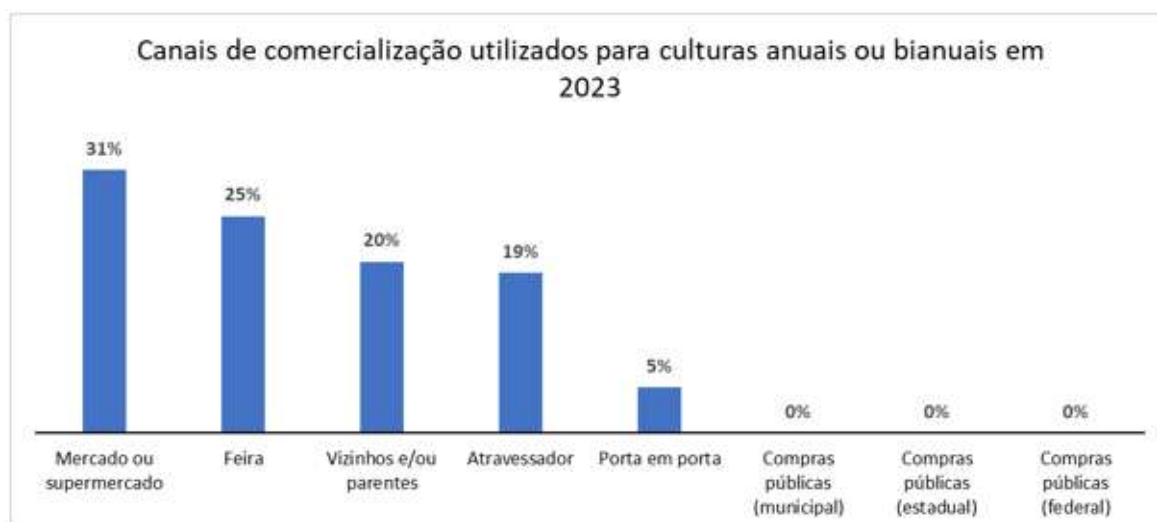
Gráfico 09 – “Comercialização de culturas anuais ou bianuais (%) – 2023 – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Sobre os canais de comercialização das culturas anuais ou bianuais (Gráfico 10), vale destacar que até 2023 nenhum dos entrevistados da Associação Nova Vitória havia participado de iniciativas relacionadas a programas de compras públicas. Tendo em vista que tais programas representam uma estratégia importante para fomentar o desenvolvimento econômico local, assegurar a segurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar, torna-se fundamental a promoção de ações voltadas à formação e capacitação dessas famílias, de modo que possam considerar essa alternativa como uma possibilidade viável de geração de renda (DSAF, 2023).

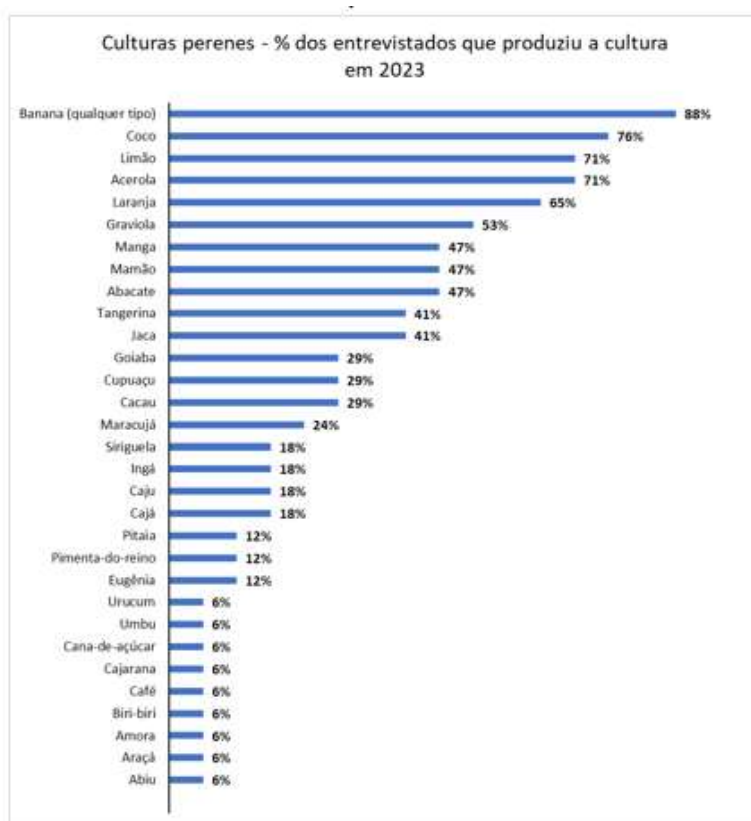
Gráfico 10 –“Canais de comercialização utilizados para culturas anuais ou bianuais em 2023 – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Em relação às culturas perenes cultivadas em 2023 pelos participantes da pesquisa (Gráfico 11), destacaram-se a banana (88%), o coco (76%), o limão (71%), a acerola (71%), a laranja (65%) e a graviola (51%). Esse perfil de produção mostra-se semelhante ao identificado no diagnóstico realizado em 2019.

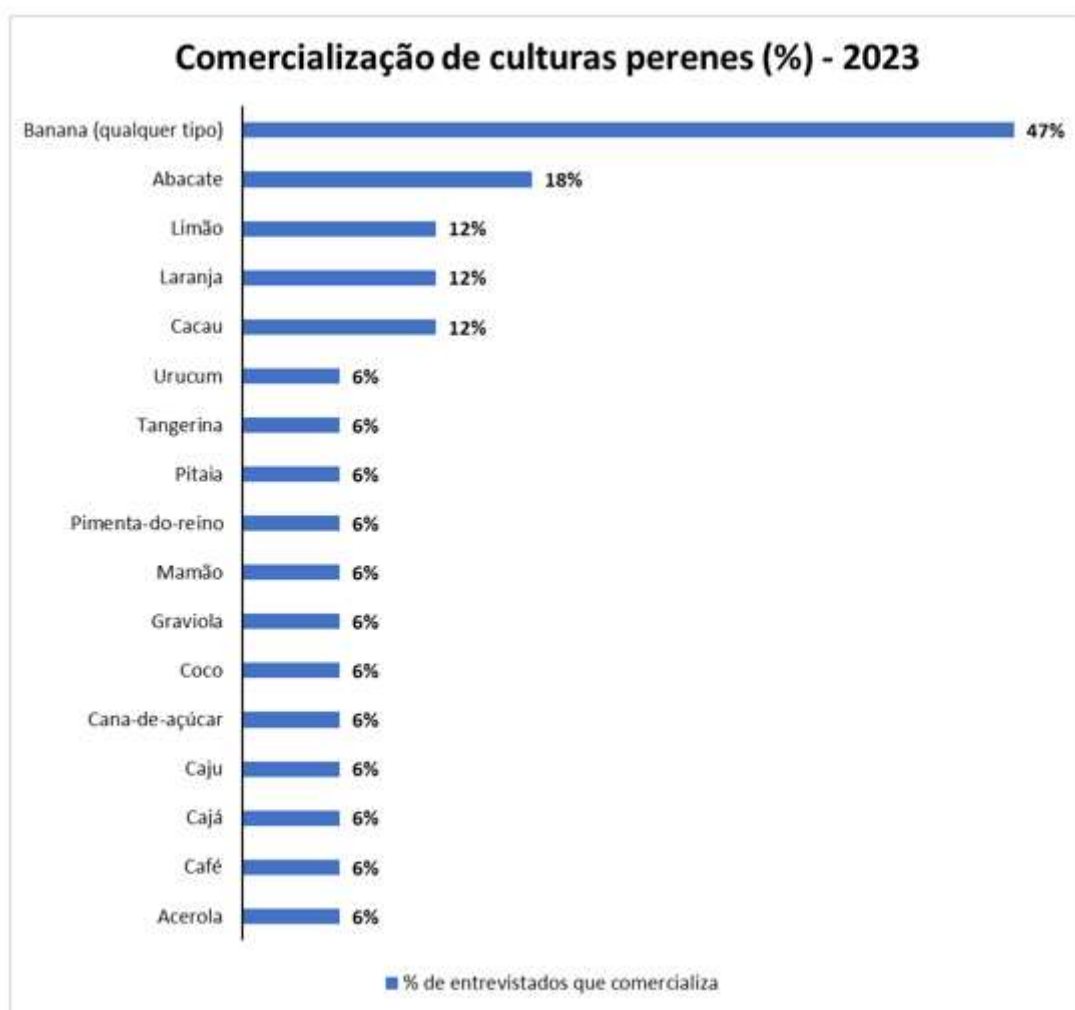
Gráfico 11 – “Culturas perenes - % dos entrevistados que produziu a cultura em 2023 – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Em 2023, no que se refere à comercialização das culturas perenes (Gráfico 12), a banana se destaca não apenas como a cultura mais produzida, mas também como a mais comercializada, com 47% dos entrevistados que a cultivaram realizando a venda. Embora haja uma ampla diversidade de culturas perenes entre os participantes, a comercialização representa um desafio, pois a maioria das culturas produzidas não é destinada à venda, conforme mostrado na (Quadro 01).

Gráfico 12 – “Culturas perenes - % dos entrevistados que produziu a cultura em 2023 – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Quadro 1 – Comercialização de culturas perenes segundo a porcentagem e a quantidade de produtores que comercializam e que não comercializam em 2023 – Associação Nova Vitória.

Culturas perenes	Total	Comercializou em 2023?			
		Sim (%)	Sim	Não (%)	Não
Banana (qualquer tipo)	15	47%	8	41%	7
Abacate	8	18%	3	29%	5
Cacau	5	12%	2	18%	3
Laranja	11	12%	2	53%	9
Limão	12	12%	2	59%	10
Acerola	12	6%	1	65%	11
Café	1	6%	1	0%	0
Cajá	3	6%	1	12%	2
Caju	3	6%	1	12%	2
Cana-de-açúcar	1	6%	1	0%	0
Coco	13	6%	1	71%	12
Graviola	9	6%	1	47%	8
Mamão	8	6%	1	41%	7
Pimenta-do-reino	2	6%	1	6%	1
Pitaia	2	6%	1	6%	1
Tangerina	7	6%	1	35%	6
Urucum	1	6%	1	0%	0
Abiu	1	0%	0	6%	1
Araçá	1	0%	0	6%	1
Amora	1	0%	0	6%	1
Biri-biri	1	0%	0	6%	1
Cajarana	1	0%	0	6%	1
Cupuaçu	5	0%	0	29%	5
Eugênia	2	0%	0	12%	2
Goiaba	5	0%	0	29%	5
Ingá	3	0%	0	18%	3
Jaca	7	0%	0	41%	7
Manga	8	0%	0	47%	8
Maracujá	4	0%	0	24%	4
Siriguela	3	0%	0	18%	3
Umbu	1	0%	0	6%	1

Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Quanto aos canais de comercialização das culturas perenes em 2023, os dois principais meios utilizados foram, respectivamente, as feiras e os supermercados.

Neste íterim, a implementação da AP está repleta de desafios, pois a falta de políticas públicas locais específicas, o acesso restrito a financiamento e a dificuldade de escoamento e comercialização são barreiras a serem vencidas. Como demonstrado na pesquisa, o poder público não atua de maneira proativa para o desenvolvimento rural no território. As famílias da Associação Nova Vitória possuem em sua trajetória inúmeros tipos de dificuldades, destacando-se a falta de acesso a tecnologias, de transporte adequado, de acesso à água de qualidade, de postos de saúde, de escolas, de assistência técnica, assim como não possuem acesso de forma geral a financiamentos subsidiados, bem como iniciativas de incentivos à comercialização. Para transpor essas dificuldades, é essencial uma abordagem integrada que combine esforços governamentais, iniciativas comunitárias e parcerias público-privadas.

Além de proporcionar uma alimentação mais saudável, a AP surge como prática de combate à pobreza, gerando emprego informal e renda oriunda da comercialização dos excedentes produtivos, que não exigem mão de obra especializada e nem investimentos vultosos

para a sua instalação assim como um movimento de pluriatividade dos agricultores familiares nos lotes (Schneider, 2003). Com a proximidade da cidade os agricultores familiares também passam a desempenhar diferentes atividades econômicas, atuando como pintores, pedreiros, carpinteiros, comerciários, motoristas etc., o que lhes conferem a ocupação de pluriatividades, que resulta em mais renda familiar e concomitantemente na manutenção parcial dos mesmos na atividade rural. Para Schneider (2003) o tema de pluriatividade situa-se no estudo da agricultura familiar no Brasil e se discute a origem e a evolução do debate sobre a pluriatividade, uma situação eminentemente relacionada à realidade dos países desenvolvidos.

De acordo com as informações levantadas (Gráfico 13), a maioria das famílias entrevistadas possuía em 2023 uma renda bruta mensal equivalente ao valor compreendido no intervalo de um a dois salários mínimos (47% do total de respondentes).

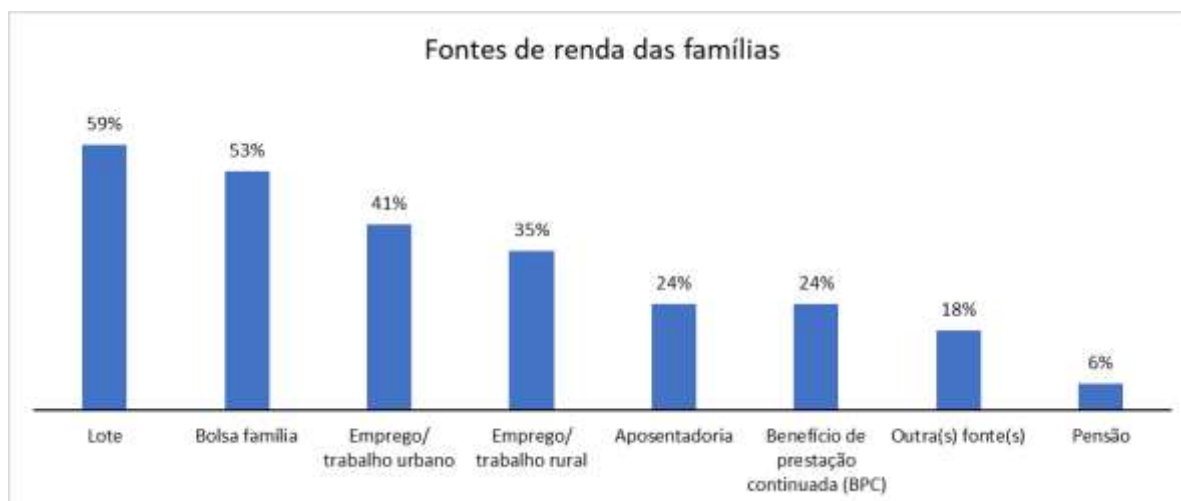
Gráfico 13 – “Renda atual das famílias – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Com relação à origem das fontes de renda das famílias (Gráfico 14), a maioria dos respondentes (59%) informou obter renda do próprio lote e de benefícios sociais Bolsa Família (53%).

Gráfico 14 –“Fontes de renda das famílias – Associação Nova Vitória”



Fonte: Banco de dados Projeto DSAF (2023).

Essas informações evidenciam o que Schneider (2003) aborda em seus estudos a relação da pluriatividade, em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar a exercer um conjunto múltiplo de atividades laborais e produtivas, que não necessariamente estão ligadas ao cultivo da terra ou outra atividade rural (Schneider, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Periurbana (AP) representa uma resposta multifacetada aos desafios contemporâneos de urbanização, insegurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Sua capacidade de integrar produção agrícola, preservação ambiental e inclusão social torna-a uma prática importante para o desenvolvimento regional em contextos como o município de Eunápolis, Bahia. Este estudo evidenciou como a AP pode atuar como uma ferramenta estratégica para transformar realidades locais, fortalecendo comunidades vulneráveis e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais.

Os dados apresentados destacaram o impacto da monocultura de eucalipto na região, que, ao longo de décadas, contribuiu para a desestruturação das economias locais, o aumento da vulnerabilidade social e a redução da agrobiodiversidade. Em contraste, práticas agroecológicas e iniciativas de agricultura familiar surgem como alternativas viáveis para

mitigar esses danos e promover a recuperação ambiental. A mobilização de movimentos sociais e a implementação de projetos como o do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil (NEA-PB) mostraram-se fundamentais nesse processo de recuperação social e ambiental. A produção alimentar destes agricultores demonstram uma resiliência e uma grande capacidade produtiva com diversidade de itens produzidos.

A promulgação da Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024 que Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana foi um marco para o fortalecimento da AP no Brasil, ao estabelecer diretrizes e oferecer a possibilidade de suporte financeiro e institucional para a sua implementação. No entanto, o pleno potencial dessa prática só será alcançado com a superação de desafios estruturais, como a falta de alinhamento entre políticas públicas e a necessidade de maior articulação entre governos, sociedade civil e setor privado.

É inegável que a AP oferece benefícios significativos para as comunidades vulneráveis, desde a redução da insegurança alimentar, uma melhor nutrição alimentícia até a geração de renda e a preservação ambiental. Entretanto, para garantir a sua sustentabilidade e ampliação, é essencial investir em políticas governamentais específicas, capacitação técnica e conscientização sobre sua relevância. O caso da Associação Nova Vitória de Eunápolis demonstra que a integração entre práticas agroecológicas, mobilização comunitária e suporte institucional pode gerar impactos positivos significativos, podendo servir como modelo para outras regiões.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a importância da Agricultura Periurbana e inspire novas iniciativas voltadas para a promoção da segurança alimentar, de uma melhor nutrição, da inclusão social e da sustentabilidade em contextos urbanos e periurbanos. A AP, ao integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais, reafirma seu papel como um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável, capaz de transformar não apenas territórios, mas também vidas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. Introdução: **A Justiça Ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil** – uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça Ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 69-80.

ALMEIDA, Thiara Messias de. **Cultivo de eucalipto no Extremo Sul da Bahia: modificações no uso da terra e socioeconômicas**. 2009. 121 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/200760101d.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

ALMEIDA, Thiara Messias de et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 5-18, 2008.

BICKEL, G. **Measuring food security in the United States**: Guide to measuring household food security. USDA, Office of Analysis, Nutrition and Evaluation, 2000. Disponível em: <www.ers.usda.gov/publications/fanrr11-1/fanrr11_1b.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68–80, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1946.htm

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024. **Estabelece diretrizes e regulamentações específicas para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2024.

CARNEIRO, M. G. R. et al. **Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE)**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica: para uso de estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1235435>. Acesso em: 25 nov. 2023.

DEL VALLE, R. M. G. **Renovar economías urbanas en crisis: un debate actual sobre la innovación**. Desenvolvimento regional em debate, v. 6, n. 3, p. 4-31, 2016.

FANTINI, A.; CERDÁN, R.; PARÉS, M. **Cultivando ciudades: la agricultura urbana y periurbana como práctica de transformación territorial, económica, social y política**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2016.

FAO (1999):Issues in urban agriculture - **Studies suggest that up to two-thirds of city and periurban households are involved in farming**. Web Page Information FAO: <http://www.fao.org/ag/magazine/9901sp2.htm>

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson; EMPINOTTI, Vanessa Lucena. Notas sobre os desafios do planejamento rural frente às transformações do início do século XXI. **TRÊS DÉCADAS DE PLANEJAMENTO EM ÁREAS RURAIS**, p. 31, 2021.

FERREIRA, R. J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. Tese (Doutorado em Geografia). UFPE, Recife, 2013.

FÓRUM FLORESTAL DA BAHIA. **Mapeamentos de uso e cobertura do solo: dados geoespaciais em formato shapefile**. Disponível em: <https://forumflorestalbahia-worldresources.hub.arcgis.com/pages/baixar-shapefiles>.

KLINK, J. *et al.* **O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18. N. 3. 2016. MAZUCATTO, M. **O Estado empreendedor**. São Paulo: Ed. Portfolio. 2014.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia: Situação atual e perspectivas ambientais 2008**. Disponível em: . Acesso em: 26 abr. 2020.

Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - **SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm

MALUF, R. S. *et al.* **Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.20, n.8, p.2303-12, ago. 2015.

MACHADO, A. T. MACHADO, C. T. T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar: metodologia e aplicação**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>

MONTEIRO, A. V. V. M. **Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas**. In: Informações Econômicas, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 39-44, 2002. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?texto=52>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MOUGEOT, L. **Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: BAKKER, N. *et al.* (Eds). Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. German Foundation for International Development, Feldafing, Germany, 2000.

NAREZI, Gabriela; ANDRADE, Fernando Rabello Paes de; VALENTE, Aline Aparecida. **A produção de eucalipto e a questão agrária: uma proposta de desenvolvimento socioambiental para a agricultura familiar no sul da Bahia**. Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola, 2019.

NAREZI, G. *et al.* **Relatório do Projeto de Pesquisa e Extensão “Desenvolvimento Socioambiental da Agricultura Familiar” (DSAF)**. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Produção Orgânica Pau-Brasil (NEA-PB), Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/neapaubrasil/publicacoes-neapaubrasil/relatorios-tecnicos>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PINHEIRO, E.; CUNHA, H. S.; NASCIMENTO, M. F.; NASCIMENTO, E. S. **Agroecologia e cooperativismo de mulheres: a trajetória da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença – BA**. *Gênero & Interseccionalidades*, v. 1, n. 4, p. 7–19, 2022.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. **Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde**. *Saúde e Sociedade*, v.24, n.2, p.730-43, 2015.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. *GEOgraphia*, n. 1, 1999.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Agricultura urbana e periurbana: limites e possibilidades de constituição de um sistema agroalimentar localizado no município de Teresina – PI**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 97–114, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1021605/1/ArtigoSergioVilelaREN2015.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dez anos de economia baiana**. Salvador: SEI, 2002

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI.

Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002 Salvador: SEI, 2003, 2 v, 449 p.

VEIGA, José Eli. “**Nem tudo é urbano**”, *Ciência e Cultura*, ano 56, n.2, abr.-jun. 2004, pp. 26-29.

VERACEL CELULOSE. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2019**. Disponível em<<https://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2019.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

5. CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo principal investigar a contribuição da Agricultura Periurbana (AP) como prática sustentável e estratégia de segurança alimentar e nutricional no município de Eunápolis – BA, com ênfase nas práticas agroecológicas da Associação Nova Vitória. A hipótese central deste trabalho, propôs que a AP, associada à agricultura familiar e às práticas agroecológicas, pode promover o fortalecimento da agricultura local, a geração de renda e o desenvolvimento sustentável, foi confirmada através da análise dos dados obtidos da Associação Nova Vitória

Foi apresentado o contexto histórico e territorial da região, com a análise dos impactos sociais e ambientais decorrentes da expansão da monocultura de eucalipto. A pesquisa demonstrou como a pressão do agronegócio e a concentração fundiária geram desigualdades sociais e insegurança alimentar, forçando os pequenos agricultores e povos originários a migrarem para áreas urbanas. Esse cenário evidenciou a necessidade urgente de alternativas sustentáveis, sendo a AP uma estratégia viável para mitigar esses impactos, promover a segurança alimentar e melhorar as condições de vida das comunidades periurbanas e urbanas.

Também foram abordadas as práticas agroecológicas adotadas pela Associação Nova Vitória. Os resultados indicaram que, apesar dos desafios enfrentados, como a falta de ações governamentais efetivas e a grande dificuldade de acesso a tecnologias e recursos financeiros, as famílias têm implementado práticas agroecológicas eficazes, como consórcio de culturas, rotação de culturas e manutenção de cobertura morta. Essas práticas têm contribuído para a diversificação produtiva, a recuperação ambiental das áreas e a melhoria da segurança alimentar, reduzindo a dependência de insumos externos e aumentando a autonomia das famílias.

Foram abordados os desafios e oportunidades relacionados à comercialização dos produtos agroecológicos. A pesquisa identificou que, embora existam dificuldades no acesso a mercados formais e políticas públicas de apoio, a proximidade das áreas periurbanas aos centros urbanos favorece a comercialização direta de produtos. Contudo, a pesquisa também revelou que a participação em programas de compras públicas, ainda ausente na Associação Nova Vitória, poderia representar uma alternativa importante para fortalecer a renda das famílias e ampliar a distribuição dos excedentes produtivos.

Fica evidenciada na pesquisa a importância da agroecologia e da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável da região. A adoção de práticas agroecológicas, aliada à criação de redes locais de produção e comercialização, tem demonstrado impactos positivos

significativos, tanto na geração de renda quanto na conservação ambiental. Além disso, o estudo conclui que a Agricultura Periurbana, como demonstrado pelos dados de 2023, tem contribuído para a melhoria da segurança alimentar na Associação Nova Vitória, com uma diminuição da insegurança alimentar grave e um aumento na capacidade de produção e consumo local.

O estudo oferece importantes implicações para a política pública e para o planejamento territorial. A pesquisa reforça a necessidade de fortalecer as políticas públicas de apoio à agricultura periurbana, especialmente por meio de financiamentos acessíveis, assistência técnica e capacitação para os agricultores familiares. Além disso, a adoção de práticas agroecológicas deve ser incentivada como uma alternativa sustentável para garantir a segurança alimentar e promover o desenvolvimento local. O caso da Associação Nova Vitória oferece uma valiosa experiência para outras regiões, demonstrando como a organização comunitária e a integração de saberes locais e científicos podem gerar soluções sustentáveis para comunidades vulneráveis.

Este estudo contribui para a área de Ciências e Sustentabilidade, destacando a Agricultura Periurbana como uma estratégia eficaz para promover a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e a segurança alimentar em regiões de alta vulnerabilidade social e econômica. A implementação de políticas públicas que integrem a AP no planejamento urbano e rural é fundamental para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil, especialmente no contexto das zonas periurbanas onde seus efeitos transformadores podem ser excepcionais.

6. REFERÊNCIAS

BICKEL, G. **Measuring food security in the United States**: Guide to measuring household food security. USDA, Office of Analysis, Nutrition and Evaluation, 2000. Disponível em: <www.ers.usda.gov/publications/fanrr11-1/fanrr11_1b.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

FANTINI, A.; CERDÁN, R.; PARÉS, M. **Cultivando ciudades: la agricultura urbana y periurbana como práctica de transformación territorial, económica, social y política**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2016.

FAVARETO, Arilson; EMPINOTTI, Vanessa Lucena. Notas sobre os desafios do planejamento rural frente às transformações do início do século XXI. **TRÊS DÉCADAS DE PLANEJAMENTO EM ÁREAS RURAIS**, p. 31, 2021.

FERREIRA, R. J. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. Tese (Doutorado em Geografia). UFPE, Recife, 2013.

MONTEIRO, A. V. V. M. **Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas**. In: Informações Econômicas, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 39-44, 2002. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?texto=52>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MOUGEOT, L. **Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: BAKKER, N. et al. (Eds). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. German Foundation for International Development, Feldafing, Germany, 2000.

NAREZI, G. *et al.* **Relatório do Projeto de Pesquisa e Extensão “Desenvolvimento Socioambiental da Agricultura Familiar” (DSAF)**. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Produção Orgânica Pau-Brasil (NEA-PB), Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/neapaubrasil/publicacoes-neapaubrasil/relatorios-tecnicos>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993.